

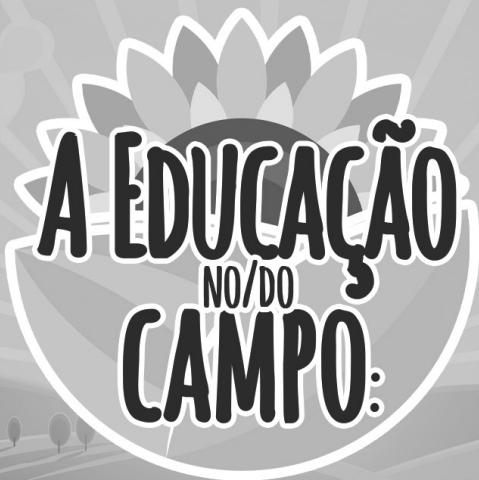
Paulo Roberto Nogueira Silva



perspectivas de continuidade de estudos dos alunos da

EMJAB

Paulo Roberto Nogueira Silva



perspectivas de continuidade de estudos dos alunos da

EMJAB

Editora chefe	
Profª Drª Antonella Carvalho de Oliveira	
Editora executiva	
Natalia Oliveira	
Assistente editorial	
Flávia Roberta Barão	
Bibliotecária	
Janaina Ramos	
Projeto gráfico	2025 by Atena Editora
Ellen Andressa Kubisty	Copyright © Atena Editora
Luiza Alves Batista	Copyright do texto © 2025 O autor
Nataly Evilin Gayde	Copyright da edição © 2025 Atena
Thamires Camili Gayde	Editora
Imagens da capa	Direitos para esta edição cedidos à
iStock	Atena Editora pelo autor.
Edição de arte	<i>Open access publication by Atena</i>
Luiza Alves Batista	Editora



Todo o conteúdo deste livro está licenciado sob uma Licença de Atribuição Creative Commons. Atribuição-Não-Comercial-NãoDerivativos 4.0 Internacional (CC BY-NC-ND 4.0).

O conteúdo da obra e seus dados em sua forma, correção e confiabilidade são de responsabilidade exclusiva do autor, inclusive não representam necessariamente a posição oficial da Atena Editora. Permitido o *download* da obra e o compartilhamento desde que sejam atribuídos créditos ao autor, mas sem a possibilidade de alterá-la de nenhuma forma ou utilizá-la para fins comerciais.

Os manuscritos nacionais foram previamente submetidos à avaliação cega por pares, realizada pelos membros do Conselho Editorial desta editora, enquanto os manuscritos internacionais foram avaliados por pares externos. Ambos foram aprovados para publicação com base em critérios de neutralidade e imparcialidade acadêmica.

A Atena Editora é comprometida em garantir a integridade editorial em todas as etapas do processo de publicação, evitando plágio, dados ou resultados fraudulentos e impedindo que interesses financeiros comprometam os padrões éticos da publicação. Situações suspeitas de má conduta científica serão investigadas sob o mais alto padrão de rigor acadêmico e ético.

Conselho Editorial

Ciências Exatas e da Terra e Engenharias

Prof. Dr. Adélio Alcino Sampaio Castro Machado – Universidade do Porto

Profª Drª Alana Maria Cerqueira de Oliveira – Instituto Federal do Acre

Profª Drª Ana Grasielle Dionísio Corrêa – Universidade Presbiteriana Mackenzie

Profª Drª Ana Paula Florêncio Aires – Universidade de Trás-os-Montes e Alto Douro

Prof. Dr. Carlos Eduardo Sanches de Andrade – Universidade Federal de Goiás

- Prof^a Dr^a Carmen Lúcia Voigt – Universidade Norte do Paraná
Prof. Dr. Cleiseano Emanuel da Silva Paniagua – Colégio Militar Dr. José Aluisio da Silva Luz / Colégio Santa Cruz de Araguaina/TO
Prof^a Dr^a Cristina Aledi Felsemburgh – Universidade Federal do Oeste do Pará
Prof. Dr. Diogo Peixoto Cordova – Universidade Federal do Pampa, Campus Caçapava do Sul
Prof. Dr. Douglas Gonçalves da Silva – Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia
Prof. Dr. Eloi Rufato Junior – Universidade Tecnológica Federal do Paraná
Prof^a Dr^a Érica de Melo Azevedo – Instituto Federal do Rio de Janeiro
Prof. Dr. Fabrício Menezes Ramos – Instituto Federal do Pará
Prof. Dr. Fabrício Moraes de Almeida – Universidade Federal de Rondônia
Prof^a Dr^a Glécilla Colombelli de Souza Nunes – Universidade Estadual de Maringá
Prof. Dr. Hauster Maximiler Campos de Paula – Universidade Federal de Viçosa
Prof^a Dr^a Iara Margolis Ribeiro – Universidade Federal de Pernambuco
Prof^a Dr^a Jéssica Barbosa da Silva do Nascimento – Universidade Estadual de Santa Cruz
Prof^a Dr^a Jéssica Verger Nardeli – Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho
Prof. Dr. Juliano Bitencourt Campos – Universidade do Extremo Sul Catarinense
Prof. Dr. Juliano Carlo Rufino de Freitas – Universidade Federal de Campina Grande
Prof. Dr. Leonardo França da Silva – Universidade Federal de Viçosa
Prof^a Dr^a Luciana do Nascimento Mendes – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Norte
Prof. Dr. Marcelo Marques – Universidade Estadual de Maringá
Prof. Dr. Marco Aurélio Kistemann Junior – Universidade Federal de Juiz de Fora
Prof. Dr. Marcos Vinicius Winckler Caldeira – Universidade Federal do Espírito Santo
Prof^a Dr^a Maria Iaponeide Fernandes Macêdo – Universidade do Estado do Rio de Janeiro
Prof^a Dr^a Maria José de Holanda Leite – Universidade Federal de Alagoas
Prof^a Dr^a Mariana Natale Fiorelli Fabiche – Universidade Estadual de Maringá
Prof. Dr. Miguel Adriano Inácio – Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais
Prof. Dr. Milson dos Santos Barbosa – Universidade Tiradentes
Prof^a Dr^a Natiéli Piovesan – Instituto Federal do Rio Grande do Norte
Prof^a Dr^a Neiva Maria de Almeida – Universidade Federal da Paraíba
Prof. Dr. Nilzo Ivo Ladwig – Universidade do Extremo Sul Catarinense
Prof^a Dr^a Priscila Natasha Kinas – Universidade do Estado de Santa Catarina
Prof^a Dr^a Priscila Tessmer Scaglioni – Universidade Federal de Pelotas
Prof. Dr. Rafael Pacheco dos Santos – Universidade do Estado de Santa Catarina
Prof. Dr. Ramiro Picoli Nippes – Universidade Estadual de Maringá
Prof^a Dr^a Regina Célia da Silva Barros Allil – Universidade Federal do Rio de Janeiro
Prof. Dr. Sidney Gonçalo de Lima – Universidade Federal do Piauí
Prof. Dr. Takeshy Tachizawa – Faculdade de Campo Limpo Paulista

A educação no/do campo: perspectivas de
continuidade de estudos dos alunos da EMJAB

Diagramação: Camila Alves de Cremo
Correção: Yaiddy Paola Martinez
Indexação: Amanda Kelly da Costa Veiga
Revisão: O autor
Autor: Paulo Roberto Nogueira Silva

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)	
S586	Silva, Paulo Roberto Nogueira A educação no/do campo: perspectivas de continuidade de estudos dos alunos da EMJAB / Paulo Roberto Nogueira Silva. – Ponta Grossa - PR: Atena, 2025. Formato: PDF Requisitos de sistema: Adobe Acrobat Reader Modo de acesso: World Wide Web Inclui bibliografia ISBN 978-65-258-3127-5 DOI: https://doi.org/10.22533/at.ed.275250703
1. Educação. I. Silva, Paulo Roberto Nogueira. II. Título. CDD 370	
Elaborado por Bibliotecária Janaina Ramos – CRB-8/9166	

DECLARAÇÃO DO AUTOR

Para fins desta declaração, o termo 'autor' será utilizado de forma neutra, sem distinção de gênero ou número, salvo indicação em contrário. Da mesma forma, o termo 'obra' refere-se a qualquer versão ou formato da criação literária, incluindo, mas não se limitando a artigos, e-books, conteúdos on-line, acesso aberto, impressos e/ou comercializados, independentemente do número de títulos ou volumes. O autor desta obra: 1. Atesta não possuir qualquer interesse comercial que constitua um conflito de interesses em relação à obra publicada; 2. Declara que participou ativamente da elaboração da obra, preferencialmente na: a) Concepção do estudo, e/ou aquisição de dados, e/ou análise e interpretação de dados; b) Elaboração do artigo ou revisão com vistas a tornar o material intelectualmente relevante; c) Aprovação final da obra para submissão; 3. Certifica que a obra publicada está completamente isenta de dados e/ou resultados fraudulentos; 4. Confirma a citação e a referência correta de todos os dados e de interpretações de dados de outras pesquisas; 5. Reconhece ter informado todas as fontes de financiamento recebidas para a consecução da pesquisa; 6. Autoriza a edição da obra, que incluem os registros de ficha catalográfica, ISBN, DOI e demais indexadores, projeto visual e criação de capa, diagramação de miolo, assim como lançamento e divulgação da mesma conforme critérios da Atena Editora.

DECLARAÇÃO DA EDITORA

A Atena Editora declara, para os devidos fins de direito, que: 1. A presente publicação constitui apenas transferência temporária dos direitos autorais, direito sobre a publicação, inclusive não constitui responsabilidade solidária na criação da obra publicada, nos termos previstos na Lei sobre direitos autorais (Lei 9610/98), no art. 184 do Código Penal e no art. 927 do Código Civil; 2. Autoriza e incentiva os autores a assinarem contratos com repositórios institucionais, com fins exclusivos de divulgação da obra, desde que com o devido reconhecimento de autoria e edição e sem qualquer finalidade comercial; 3. A editora pode disponibilizar a obra em seu site ou aplicativo, e o autor também pode fazê-lo por seus próprios meios. Este direito se aplica apenas nos casos em que a obra não estiver sendo comercializada por meio de livrarias, distribuidores ou plataformas parceiras. Quando a obra for comercializada, o repasse dos direitos autorais ao autor será de 30% do valor da capa de cada exemplar vendido; 4. Todos os membros do conselho editorial são doutores e vinculados a instituições de ensino superior públicas, conforme recomendação da CAPES para obtenção do Qualis livro; 5. Em conformidade com a Lei Geral de Proteção de Dados (LGPD), a editora não cede, comercializa ou autoriza a utilização dos nomes e e-mails dos autores, bem como quaisquer outros dados dos mesmos, para qualquer finalidade que não o escopo da divulgação desta obra.

DEDICATÓRIA

Dedico esta obra aos alunos oriundos do campo, aos alunos, aos professores, a equipe gestora da Escola Municipal José Augusto Barreto, aos pais e a toda a comunidade do povoado da Cachoeirinha, no município de Jequié – Bahia.

À memória do meu pai Alcides Prado Nogueira, exemplo na minha vida, a minha mãe Jandira Nogueira da Silva, às minhas filhas Bruna Vitoria e Brenda pelos momentos de amor e carinho. Aos meus irmãos, e em especial a Otavia e a Diethold Scheib, pelo incentivo na minha caminhada.

O processo de conhecer faz parte da natureza mesma da educação de que a prática chamada educação popular não pode fazer exceção. Numa perspectiva progressista, a educação popular não pode, por outro lado, reduzir-se ao puro treinamento técnico de que grupos de trabalhadores realmente precisam (Freire, 2021, p. 183).¹

¹ Cf. texto do livro FREIRE, Paulo. **Pedagogia da esperança:** um reencontro com a pedagogia do oprimido. 30ª edição. Notas: Ana Maria Araújo Freire. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2021.

PREFÁCIO

Caro leitor,

É com grande satisfação que apresento a você este livro dedicado à educação do campo, uma abordagem singular que busca valorizar e promover o aprendizado nas comunidades rurais, através da importância relevante que a educação possui na vida das pessoas do campo.

Aqui, exploraremos os desafios, as conquistas e as possibilidades que a pesquisa do autor Paulo Nogueira ofereceu e, por isso mesmo, se transformou nesse projeto necessário de livro, propiciando uma transformação profunda em nossa visão sobre o campo e o potencial que ele carrega frente à educação de seus sujeitos históricos.

A educação do campo vai além do mero ato de transmitir conhecimentos. Ela abraça a identidade, a cultura e as necessidades específicas das populações rurais, reconhecendo o seu valor intrínseco e honrando suas tradições. É uma forma de aprendizado que não somente fortalece as habilidades acadêmicas, mas também desperta a consciência crítica, o espírito empreendedor e o senso de pertencimento dessas comunidades. A partir de uma contextualização fundamentada e extremamente crítica, o autor demonstra conhecer e reconhecer esse ambiente, vivenciá-lo e se comprometer a nos apresentar através das vozes dos estudantes, ancorado na metodologia da História Oral.

Os estudos sobre o campo no Brasil são de extrema importância por diversos motivos. O destaque para a Educação no campo torna-se elementar para sublinhar esses motivos. A seguir, algumas razões que destacam a importância do estudo sobre o campo no Brasil, segurança alimentar: a produção agrícola e a pecuária são responsáveis por fornecer os alimentos que sustentam a população. Compreender o campo é crucial para garantir a segurança alimentar do país, identificar possíveis problemas na produção, buscar soluções para aumentar a produtividade e promover a distribuição adequada dos alimentos. Economia: o setor agropecuário desempenha um papel vital na economia brasileira.

O estudo do campo contribui para a compreensão da dinâmica econômica rural, identificando as cadeias produtivas, as demandas do mercado, as políticas agrícolas e as oportunidades de negócios. Isso permite o desenvolvimento de estratégias para impulsionar o setor e promover o crescimento econômico sustentável.

Desenvolvimento rural: O estudo do campo possibilita o conhecimento das condições de vida e trabalho dos agricultores e comunidades rurais, permitindo identificar suas necessidades e promover o desenvolvimento rural integrado. Isso inclui o acesso a serviços básicos, como saúde e educação, a infraestrutura adequada, a melhoria das condições de trabalho e a diversificação de atividades

PREFÁCIO

econômicas. Sustentabilidade ambiental: O campo brasileiro abriga uma rica biodiversidade e ecossistemas valiosos.

O estudo sobre o campo contribui para o entendimento dos impactos ambientais da atividade agrícola e pecuária, bem como para o desenvolvimento de práticas sustentáveis. Isso envolve a conservação dos recursos naturais, o manejo adequado do solo e da água, a preservação da fauna e flora, e a mitigação dos efeitos das mudanças climáticas.

Políticas públicas: o conhecimento sobre o campo é essencial para embasar a formulação de políticas públicas eficientes. Com base em estudos e pesquisas, é possível identificar desafios e problemas específicos do setor, propor soluções adequadas e monitorar a implementação das políticas. Isso contribui para a melhoria das condições de vida dos agricultores, a redução das desigualdades sociais e a promoção do desenvolvimento sustentável.

O país possui uma das maiores extensões territoriais do mundo e uma significativa parte de seu território é composta por áreas rurais, onde se desenvolve a atividade agrícola e pecuária. Portanto, compreender e analisar o campo é fundamental para entender a realidade brasileira e promover o desenvolvimento do país, associando políticas de valorização da educação que ampliem e incluam os sujeitos do campo, observando o quanto importante são os saberes produzidos nesse ambiente.

Com a leitura do livro podemos conhecer os anseios daqueles que ao optarem por estudar e dar continuidade aos seus estudos, visualizam perspectivas para seus desejos profissionais para além do que muitas vezes o campo proporciona como futuro.

Com esse intuito, o professor Paulo, oferece para nós um texto que delinea a temática da educação do campo, com um retrato preciso da realidade histórica do Brasil, destacando as diversas conjunturas pelas quais o Brasil passou politicamente e, portanto, permitindo um conhecimento sobre de que forma a educação do campo foi sendo tratada ao longo dos processos históricos do Brasil. Ao dar o enfoque nos movimentos sociais e traçar a importância dos autores que estudaram a educação do campo, sob esse viés, o autor nos mostra o seu comprometimento relevante com o papel da EMJAB Escola Municipal José Augusto Barreto, ao pesquisar os horizontes formativos dos estudantes, tanto os que cursavam o 9º ano do Ensino Fundamental, quanto os estudantes egressos que continuaram sua trajetória formativa e voltando para a comunidade rural, garantiram impactos de transformação social relevantes no local.

A preciosidade do texto está em afirmar que essa educação está voltada para uma formação integral dos jovens do campo, não para a estruturação apenas da mão-de-obra e reprodução dela, mas fundamentalmente uma educação

PREFÁCIO

formativa, que respeita os sonhos mais altos desses jovens e o alcance deles para jornadas maiores.

Neste livro, você encontrará uma profunda análise das realidades e dos desafios enfrentados pelas escolas rurais, dos obstáculos estruturais às disparidades socioeconômicas. Evidenciou os métodos pedagógicos que têm sido aplicados com sucesso, levando em consideração as características peculiares do contexto rural, a diversidade cultural e as relações de sustentabilidade com o meio ambiente.

Ao longo das páginas, a leitura do retrato de histórias de professores, estudantes e lideranças comunitárias que, incansavelmente, dedicam suas vidas a nutrir as mentes e os corações daqueles que vivem e trabalham no campo, nos contagia. Revela experiências educacionais inovadoras, que se adaptam à realidade local, promovendo uma educação emancipatória, participativa e transformadora.

A educação do campo não se restringe à sala de aula. Ela transcende os limites físicos, envolvendo a comunidade como um todo e integrando o conhecimento acadêmico ao conhecimento tradicional, criando uma sinergia rica em saberes e práticas.

É fundamental compreender que a educação do campo não é uma alternativa secundária, mas sim uma abordagem legítima e necessária para o desenvolvimento sustentável e equitativo de nossas sociedades. Ao investirmos na educação das pessoas que habitam o campo, abrimos caminhos para uma agricultura mais sustentável, para o fortalecimento das economias locais e para a valorização das identidades culturais.

Ao adentrar nas páginas deste livro, convido você a refletir sobre o poder transformador da educação do campo e a enxergar o campo como um espaço de potencialidades e possibilidades. Que essa leitura inspire educadores, pesquisadores, gestores públicos e todos aqueles comprometidos com a construção de um mundo mais justo e igualitário. Desejo-lhe uma jornada rica em aprendizado e reflexão, com um texto prazeroso de ser lido.

Salvador, 13 de outubro de 2024.

Profa. Dra. Heloisa Helena Tourinho Monteiro

LISTA DE SIGLAS

- CBAR – Comissão Brasileira de Educação das Populações Rurais
CF – Constituição Federal
CPT– Comissão Pastoral da Terra
DIS – Distorção Idade Série
ECA – Estatuto da Criança e do Adolescente
EMJAB – Escola Municipal José Augusto Barreto
EPI – Equipamento de Proteção Individual
ETA – Estação de Tratamento de Água
FDG – Instituto Fátima Di Gregorio
FETAG – Federação dos Trabalhadores da Agricultura
FHC – Fernando Henrique Cardoso
FNDE – Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação
IFBA – Instituto Federal da Bahia
JTC – Jequié Tênis Clube
LDB – Leis de Diretrizes e Bases da Educação Nacional
LO – Leis Orgânicas
LOEA – Lei Orgânica do Ensino Agrícola
MAB – Movimento dos Atingidos por Barragens
MPA – Movimento dos Pequenos Agricultores
MST – Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra
PARFOR – Programa de Formação de Professores
PDDE – Programa Dinheiro Direto da Escola
PMJ – Prefeitura Municipal de Jequié
PPP – Projeto Político Pedagógico
PRONERA – Programa Nacional de Reforma Agrária
SBER – Sociedade Brasileira de Educação Rural
RCNER – Relatórios da Campanha Nacional da Educação Rural
SME – Secretaria Municipal de Educação
UESB – Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia

A presente pesquisa tem como objetivo investigar como alunos do 9º ano da escola do campo, Escola Municipal José Augusto Barreto (EMJAB), pensam sobre a continuidade nos estudos, após período de escolarização, registrando suas perspectivas de jovens diante da vida e de suas condições no mundo do trabalho.

Pressupõe-se de que a educação do campo tem conquistado lugar na agenda política em diversos âmbitos. É fruto das demandas dos movimentos e organizações sociais dos trabalhadores rurais e expressa uma nova concepção sobre o campo, o camponês e o trabalhador rural, além de buscar fortalecer o caráter de classe e lutas sociais. A educação oferecida no campo até o final dos anos 90 esteve longe do ideal para as pessoas do meio rural, bem como, ainda apresenta ligada à sede de educação com uma visão urbanocêntrica, tornando uma proposta inacabada que não qualificava os sujeitos inseridos no campo.

Os estudos de Arroyo (2001) mostram que “a cultura hegemônica trata os valores, as crenças, os saberes do campo de maneira romântica ou de maneira depreciativa, como valores ultrapassados, como saberes tradicionais, pré-científicos, pré-modernos”. O modelo da educação básica ofertado para a educação do campo possui currículos da escola, saberes e valores urbanos, como se o campo e sua cultura pertencessem a um passado a ser esquecido e superado.

Nessa investigação busca-se nos relatos de alunos as expectativas sobre seus aprendizados e possibilidades de conhecimentos para atuar na sociedade como lugar de trabalho e de construção de possibilidades de realização profissional. O interesse por este tema se deu após a minha participação como docente na disciplina Educação no/do Campo pelo Programa de Formação de Professores (PARFOR) pela Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia (UESB) e pelo Instituto FDG/ UNINTA no município de Itiruçu - BA, passando a ser foco dos meus estudos.

Trata-se de uma pesquisa social, empírica e de abordagem narrativa, e mostra as perspectivas de alunos que sonham e aspiram utilizar de seus aprendizados para inserirem-se no mundo do trabalho. Os valores, a cultura, o modo de vida e as pessoas do campo são tratados como se fossem uma espécie em extinção. Uma experiência humana sem sentido, a ser superada pela urbano-industrial moderna. Isso porque as políticas educacionais e os currículos são pensados e desenvolvidos para a cidade, para a produção industrial urbana, e os educadores apenas se lembram do campo quando se recorrem a situações “anormais” das minorias e recomendam adaptar as propostas, a escola, os currículos, os calendários a essas “anormalidades”.

Eles não reconhecem a especificidade do campo e as questões identitárias de seus sujeitos. Conforme o Projeto Político Pedagógico da Escola Municipal José Augusto Barreto (EMJAB) ela foi fundada com o intuito de se contrapor a currículos pensados e elaborados para a cidade, para a produção industrial, com uma visão urbanocêntrica e, por isso, tem atuado na busca de condições e qualificação aos alunos residentes no campo no povoado da Cachoeirinha e Vila Frisuba, subsidiando-os seus alunos para uma educação do campo diferenciada, durante os seus 50 anos de atuação, (PPP, EMJAB, 2011).

Diante disso, questiona-se: de que maneira os alunos do 9º ano da EMJAB pensam em relação à continuidade de seus estudos? Para tanto, objetivos específicos são: identificar se os alunos do 9º ano têm perspectivas de continuidade dos estudos; elucidar a proposta da escola; analisar as condições e os desejos no mundo profissional para jovens do campo na sociedade atual.

Para responder aos anseios das questões elencadas acima, recorre-se aos princípios da Constituição Federal (BRASIL, 1988), considerada Cidadã, em seu artigo 205 que trata “a educação como um direito de todos e dever do Estado, atribui à família a promoção e incentivo com a colaboração da sociedade, visa o pleno desenvolvimento da pessoa, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o mercado de trabalho”.

Interessa ainda a esta pesquisa saber se a Educação do Campo prepara os sujeitos inseridos no campo em igualdade com a escola urbana, para que atinjam seus objetivos de vida, escolar, acadêmica e profissional e também preparados para o mundo do trabalho. Nesse viés, ancora-se nos os autores como Arroyo (2004), Caldart (2004) e Molina (2004) que enfatizam “a Educação do Campo como direito do homem, da mulher, da criança e do jovem que vivem no campo”. Para os autores é fundamental que a educação promova o desenvolvimento, levando em conta os aspectos da diversidade, situação histórica particular de cada comunidade, os recursos disponíveis, as expectativas e os anseios das pessoas que vivem no campo.

O currículo das escolas do campo pode estruturar-se fundamentado em uma lógica de desenvolvimento que privilegie o ser humano na sua integralidade, além de possibilitar a construção da sua cidadania e inclusão social, colaborar com os sujeitos do campo no processo produtivo com justiça, bem-estar social e econômico.

Os sujeitos inseridos no campo além de assimilarem um saber adquirido na escola, possuem a partir do seu cotidiano um saber popular que os ajudam no desenvolvimento de suas atividades para a vida. Para Fernandes e Terra (1994, p. 9) "o saber popular é fundamental para se estabelecer o diálogo e uma

alternativa para uma mudança de uma proposta educacional e das políticas de ensino".

Foram usados pseudônimos para denominar os colaboradores. A pesquisa utiliza-se da metodologia da história oral que de acordo com Thompson (1992, p. 197) demonstra que ela "tem se revelado útil na reconstituição de saberes, experiências vividas no cotidiano, auxiliando na compreensão de processos históricos". O autor cita que a fonte histórica derivada da percepção humana é subjetiva, mas apenas a fonte oral permite desafiar essa subjetividade, descolar as camadas da memória, buscar fundo em suas sombras, na expectativa de atingir a verdade oculta.

Pollak (1992, p 34) relata que "no caso das diversas pesquisas de história oral que utiliza entrevistas de história de vida, porque é óbvio a inserção e recolhimento das memórias individuais". Nesse sentido, pensar como a escola tem contribuído para que os jovens alunos tenham perspectivas de avanço na qualidade de inserção no âmbito profissional, educacional, cultural, é importante para a formulação de políticas públicas que efetivamente proporcionem às essas pessoas condições adequadas, levando em consideração que os aspectos econômicos, culturais, educacionais nem sempre possibilitam a igualdade entre as pessoas.

Por esta razão, pensar subsídios para seguir seus estudos em uma formação contínua é instigante e desafiador e, para tanto, necessita-se do apoio de seus familiares e das instituições públicas de educação da cidade de Jequié e do Estado da Bahia.

SUMÁRIO

CAPÍTULO 1. EDUCAÇÃO NO/DO CAMPO	1
1.1. Contextualização da Escola Municipal José Augusto Barreto (EMJAB): a Escola do Campo.....	3
1.2. Contexto histórico: a organização da Educação do Campo.....	5
1.3. Contexto da Educação do Campo nas Constituições Brasileiras.....	7
CAPÍTULO 2. A EDUCAÇÃO DO CAMPO E A LUTA DOS MOVIMENTOS SOCIAIS	10
2.1. A luta por uma Educação no Campo	10
2.2. O legado da EMJAB para os seus egressos	12
2.3. Perspectivas de formação dos alunos atuais da EMJAB	13
2.4 Perspectivas de ingresso dos alunos da EMJAB	14
CAPÍTULO 3. A PESQUISA “IN LÓCUS” NA EMJAB E AS NARRAÇÕES SOBRE AS PERSPECTIVAS DE CONTINUIDADE DE VIDA ESCOLAR.....	18
3.1 As perspectivas dos alunos atuais e egressos da EMJAB sobre o mundo do trabalho	18
CAPÍTULO 4. CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	20
REFERÊNCIAS	22
ANEXOS.....	25
SOBRE O AUTOR	26

CAPÍTULO 1. EDUCAÇÃO NO/DO CAMPO

A educação no/do campo possui diferença entre educação rural que é oferecida atualmente no Brasil. A educação rural trabalha para formar o aluno em um agricultor para o mundo do trabalho, enquanto a educação do campo é voltada para levar ensino, recursos e técnicas ao campo, ou seja, visa qualificar o aluno do campo, contribuindo para a sua formação enquanto um sujeito crítico, reflexivo e conhecedor de seus direitos para intervir no meio social.

Nos últimos anos a educação do campo tem conquistado um lugar na agenda política nas três instâncias: municipal, estadual e nacional, fruto das demandas dos movimentos sociais dos trabalhadores rurais, sobretudo, do Movimento Sem Terra. Ela expressa uma nova concepção de educação que é oferecida aos sujeitos que residem no campo, o camponês, o campesino, o campestre, o quilombola, o indígena e também os ribeirinhos, fortalecendo o caráter de classe nas lutas em torno da educação.

Conforme Fernandes et. al (2004, p. 25) “a utilização da expressão campo foi adotada em função da reflexão sobre o [...] sentido atual do trabalho camponês e das lutas sociais e culturais dos grupos que hoje tentam garantir a sobrevivência deste trabalho”. Os autores citam que a intenção explícita é resgatar o conceito de camponês e aprofunda-se a definição de campo como um lugar de vida, onde as pessoas podem morar, trabalhar e estudar com dignidade. A identidade cultural da pessoa que mora no campo não é somente o lugar da produção agropecuária e agroindustrial do latifúndio e da grilagem de terra, mas é espaço e território de viver dos camponeses e dos quilombolas.

Arroyo e Fernandes (1999) enfatizam que “o termo campo é o resultado de uma nomenclatura proclamada pelos movimentos sociais e deve ser adotada pelas instâncias governamentais e suas políticas educacionais, mesmo quando ainda relutantemente pronunciada em alguns universos acadêmicos de estudos rurais”. Historicamente a criação do conceito de educação escolar no meio rural esteve vinculada à educação “no” campo, descontextualizada, elitista e oferecida para uma minoria da população brasileira. Porém, na atual conjuntura a educação “do” campo, estreita laço com projetos democráticos que contribuem para o fortalecimento da educação popular, sobretudo, nas áreas rurais.

Para Caldart (2004, p. 5), “a Educação do Campo se afirma no combate aos “pacotes”, tanto agrícolas como educacionais e à tentativa de fazer das pessoas que vivem no campo instrumentos de implantação de modelos que as ignoram e as escravizam”. Também se contrapõe à visão estreita de educação como preparação de mão-de-obra e a serviço do mercado. A autora leva em conta que no campo há diferentes sujeitos que são pequenos agricultores, quilombolas, povos indígenas, pescadores, camponeses, assentados, ribeirinhos, povos da floresta, caipiras, lavradores, roceiros, sem-terra, agregados, caboclos, meeiros e assalariados rurais. Segundo a autora há uma diversidade de sujeitos que estão inseridos no campo e necessitam de uma educação diferenciada

que atenda as suas expectativas, não deixando de lado o seu pertencimento, para a manutenção da sua identidade e suas tradições.

As ações por parte dos governos federal, estaduais e municipais e criação de leis são necessárias para dar uma contrapartida com ações efetivas para uma política pública de afirmação da Educação do Campo. Para Caldart (2008), “a política para a Educação do Campo nasceu como mobilização e pressão dos movimentos sociais, por uma política social camponesa, desenvolveu sujeitos na luta dos sem terra pela implantação das escolas públicas nas áreas de Reforma Agrária¹ com a luta e a resistência de inúmeros trabalhadores do campo e militantes envolvidos nessa questão”. Essa luta existe devido à necessidade de marcar o espaço brasileiro como um projeto de campo, contra a lógica do campo como negócio, mas necessária para o desenvolvimento do país, pois atende parte da população brasileira que segundo Caldart:

[...] Se refere aos processos produtivos que são a base da sustentação da vida humana em qualquer país. Não é possível pensar um projeto de país, de nação, sem pensar um projeto de campo, um lugar social para seus sujeitos concretos, para seus processos produtivos, de trabalho, de cultura e de educação (CALDART, 2008, p. 74).

De acordo com Caldart (2008) “os anseios dos sujeitos do campo brasileiro estão muito além do que atender somente os anseios pedagógicos das escolas do campo ou de demanda do mercado de trabalho. É preciso ter a dimensão da necessidade, portanto, desses sujeitos para o desenvolvimento do país”.

O art. 1º, Capítulo da Educação e os artigos 22 e 26, Capítulo da Educação Básica da lei nº 9394 (BRASIL, 1996) traz a compreensão da Educação, da Educação Básica e do Currículo e soma-se a compreensão de que a identidade da escola do campo é definida pela sua vinculação às questões inerentes à sua realidade. Ancora-se na temporalidade e saberes próprios dos estudantes, na memória coletiva que sinaliza futuros na rede de ciência e tecnologia disponível na sociedade e nos movimentos sociais em defesa de projetos que associam as soluções exigidas à qualidade social da vida coletiva no país.

Nos artigos 23 e 28, Capítulo da Educação Básica a referida lei dispõe sobre a implementação de uma educação que deve atender as especificidades da área rural. No art. 23 consta que a organização curricular pode ocorrer em séries anuais, períodos semestrais, ciclos e alternância regular de período de estudos e grupos não seriados, com base na idade, na competência e em outros critérios ou forma diversa de organização, sempre que o interesse dos estudantes no processo de aprendizagem assim demandar.

No art. 2º expõe que o calendário escolar deve adequar-se às peculiaridades locais, inclusive climáticas e econômicas, a critério do respectivo sistema de ensino sem,

1 Reforma agrária é uma reorganização da estrutura fundiária que tem como objetivo promover a distribuição mais justa das terras, proporcionando a redistribuição das propriedades rurais e efetuando a distribuição da terra para a realização de sua função social. Propor uma reforma agrária significa desafiar os interesses dos grandes latifundiários ou, então, indenizá-los a preços que incluem a especulação imobiliária, o que significa não fazer reforma agrária (MARTINS, 1997, p. 35).

com isso, reduzir o número de horas letivas previstas nesta lei. O art. 28, Capítulo da Educação Básica enfatiza as adaptações necessárias ao atendimento da população rural ressaltando que na oferta de educação básica para a população rural, os sistemas de ensino promoverão as adaptações necessárias à sua adequação às peculiaridades da vida rural e de cada região, especialmente:

I – conteúdos curriculares e metodologias apropriadas às peculiaridades da vida rural e de cada região; II – organização escolar incluindo adequação ao calendário escolar e as fases do ciclo agrícola e as condições climáticas; III – adequação à natureza do trabalho na zona rural.

A educação do campo explícita na legislação tem a intenção de contribuir com a formação de milhares de alunos do campo, dar suporte para que eles tenham uma qualificação para o mundo do trabalho e a convivência com os demais setores da sociedade em igualdade de condições.

Para tanto, há de se criar subsídios e ações que promovam políticas públicas para fomentar uma educação do campo de qualidade para que os sujeitos do campo possam seguir na continuidade de seus estudos com perspectiva de vida acadêmica. Dessa forma, a escola deve dar subsídios para viabilizar a educação em três dimensões: educação formal (escola), educação não formal (práticas educativas realizadas na comunidade e na sociedade) e educação informal (família).

Nessa investigação interessa compreender as relações entre a Escola Municipal José Augusto Barreto na perspectiva dos seus sujeitos.

1.1. Contextualização da Escola Municipal José Augusto Barreto (EMJAB): a Escola do Campo

A Escola Municipal José Augusto Barreto (EMJAB) localiza-se à Rua Cachoeirinha, S/N, povoado, antiga Torta, município de Jequié, a 8 km do centro da cidade. A população do povoado tem um perfil sócio econômico de baixa renda, formado por pessoas da comunidade que exercem atividades laborativas em grande parte na agricultura e as demais pessoas sobrevivem da confecção de vassouras de palhas, da pesca, do artesanato e do trabalho no frigorífico Vale do Sol, que fica situado próximo ao povoado, mas a escola não prepara seus alunos para exercerem essas atividades, mas vem ao longo dos anos preparando-os e incentivando-os para a perspectiva de continuidade de seus estudos.

A EMJAB anteriormente pertencia à rede estadual de educação teve a sua construção iniciada no ano de 1963, na administração do então governador Antonio Lomanto Junior e sua inauguração em 26 de outubro de 1967 na gestão do governador Luiz Viana Filho e do então prefeito Daniel Andrade. Foi municipalizada no ano de 1990, passando a integrar a rede municipal de educação de Jequié, inicialmente atendendo estudantes do antigo primário, atual anos iniciais do Ensino Fundamental.

Em 2005 passou a oferecer o Ensino Fundamental dos anos finais do ensino fundamental, atuais 6º ao 9º ano e atualmente atende crianças e adolescentes na faixa etária de 4 a 16 anos de idade. A denominação da escola foi em homenagem à José Augusto Barreto (1900 - 1965), conhecido popularmente por Zeca Barreto, antigo funcionário do Instituto do Cacau da Bahia, integrante da Ordem Maçônica e ex presidente do Jequié Tênis Clube (JTC) (PPP, EMJAB, 2011).

Atualmente a escola tem como gestora a professora Vanusa de Jesus Vieira, vice-gestora a professora Adriele Gabriel dos Santos Silva, secretária escolar, Tais Nascimento Santos, coordenadora pedagógica do Ensino Fundamental dos anos iniciais, a professora Luciana Pessoa da Silva e do Ensino Fundamental dos anos finais, a professora Cristiane Valverde de Jesus.

A EMJAB tem atualmente 267 alunos matriculados, oferta os anos iniciais do ensino fundamental (1º ao 5º ano) no turno matutino para 121 alunos e os anos finais do Ensino Fundamental (6º ao 9º ano) e possui uma turma da Distorção Idade Série (DIS) para estudantes com dificuldades na aprendizagem no turno vespertino, totalizando 146 alunos. Conta com o programa Mais Educação que atende aos alunos da escola no turno oposto de cada série, residentes na Cachoeirinha e na Vila Frisuba. Tem como entidade mantenedora e uma grade curricular e seus componentes determinados pela Prefeitura Municipal de Jequié (PMJ), Secretaria Municipal de Educação (SME), segue um modelo padrão para as escolas do campo (PPP EMJAB, 2011).

A instituição recebe recursos financeiros do Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE) e do programa Dinheiro Direto da Escola (PDDE) para aquisição de materiais didáticos e desenvolvimento de atividades educacionais. Tem a função de formar cidadãos críticos, ativos, participativos e comprometidos com a construção de uma sociedade mais justa e igualitária para a construção do saber e dos valores éticos e morais (PPP EMJAB, 2011).

A estrutura administrativa da EMJAB é composta pelos seguintes aspectos: I – Direção, II – Conselhos, III – Serviço de supervisão pedagógica, IV – Serviços administrativos e auxiliares, V – Conta atualmente com 17 professores, desses 09 atuando no ensino fundamental dos anos finais e 08 no ensino fundamental das séries Iniciais. Integram os órgãos colegiados: Conselho Pedagógico e Conselho de Classe.

A estrutura física da instituição possui 05 salas de aula, adaptadas para 07 para atender a demanda que cresceu nos últimos anos, não possui biblioteca, apenas um pequeno acervo de livros didáticos e paradidáticos. Conta com uma área externa onde são realizadas as práticas de educação física e atividades lúdicas com os alunos. Possui serviços auxiliares como o setor de apoio administrativo, cozinha e portaria. (PPP, EMJAB, 2011).

É uma escola do campo que busca delinear a sua identidade no sentido de oferecer aos sujeitos condições que garantam os seus direitos a educação que seja no campo, no

lugar onde vivem os estudantes. A equipe gestora da EMJAB ao longo do segundo semestre letivo de 2018, período em que essa pesquisa aconteceu com gestores de instituições públicas da cidade de Jequié e a PMJ/SME visitas a locais que possivelmente os alunos pudessem estudar e até depois da continuidade de seus estudos pleitearem vagas para exercerem suas atividades laborativas.

Os alunos da EMJAB são residentes e domiciliados no Povoado da Cachoeirinha e Vila Frisuba, possuem perfil sócio econômico de baixa renda, oriundos de famílias carentes. Eles têm aulas das disciplinas ciências, educação artística, educação física, educação para a sexualidade, ensino religioso, geografia, história, língua estrangeira (inglês), língua portuguesa e matemática, no turno vespertino e as aulas do programa Mais Educação pela manhã. Participam também dos jogos e recreações organizados anualmente pela PMJ e a SME (PPP, EMJAB, 2011).

1.2. Contexto histórico: a organização da Educação do Campo

No Brasil a educação destinada aos povos residentes no campo não foi objeto de preocupação ao longo da história, desde a época pré-colonial (1500 – 1530), posteriormente, no período colonial (1530 – 1822) e no período imperial (1822 – 1889), chegando até a república a partir de 1889, somente lembrada com mais ênfase na Constituição Federal (BRASIL, 1934) na Era Vargas², conforme art. 121:

A lei promoverá o amparo da produção e estabelecerá as condições do trabalho, na cidade e nos campos, tendo em vista a proteção social do trabalhador e os interesses econômicos do País, § 4º. O trabalho agrícola será objeto de regulamentação especial, em que se atenderá, quanto possível, ao disposto neste artigo. Procurar-se-á fixar o homem no campo, cuidar da sua educação rural e assegurar ao trabalhador nacional a preferência na colonização e aproveitamento das terras públicas.

No período histórico anterior à década de 1930 a educação do campo não existia, por esse motivo não propiciou a construção de políticas públicas educacionais condizentes com os anseios dos povos do campo. Carlos e Vicente (2011) enfatizam que:

A história da educação brasileira registra que foi por volta dos anos de 1920 e 1930 que a educação alcançou o estatuto de problema nacional, ganhando mais projeção no ano de 1946 com a criação das Leis Orgânicas do Ensino Agrícola (LOEA) e os Relatórios da Campanha Nacional da Educação Rural – RCNER (CARLOS e VICENTE, 2011, p. 28).

De acordo com Carlos e Vicente só a partir das décadas de 1920 e 1930 do século XX que a educação no Brasil passou a ser vista como prioridade, necessitando, portanto, de um aporte de políticas públicas para a sua melhoria. Carlos e Vicente (2011, p. 29) atribuem ao “Manifesto dos Pioneiros da Escola Nova (1932) o primeiro documento que

2 Era Vargas foi o período governado pelo presidente Getúlio Dorneles Vargas que durou 15 anos, iniciado em 1930 e que durou até o ano de 1945. A estrutura básica da moderna administração pública brasileira foi erguida na década de 1930. (FAUSTO, 2002, p. 22).

confere visibilidade à concepção de educação como bem social, direito do cidadão, uma responsabilidade do Estado e da sociedade civil”.

Nele, várias demandas, que ainda fazem parte da agenda atual foram anunciadas, dentre elas, a construção de um sistema nacional de educação, a universalidade, a gratuidade e obrigatoriedade da educação escolar, a qualidade da educação, a profissionalização do educador, o ensino laico, a organização de planos e diretrizes curriculares nacionais, o desenvolvimento dos métodos apropriados de ensino, a centralidade do trabalho, a valorização da cultura e dos contextos locais, o reconhecimento das diferenças individuais, a distinção da educação do campo e da cidade e a consideração de necessidades locais e regionais.

Outras reformas educacionais ocorreram com a criação das Leis de Diretrizes e Bases da Educação Nacional LDB nº 4.024 (BRASIL, 1961) e LDB nº 5.692 (BRASIL, 1971), mas que não trouxeram grandes mudanças para o povo inserido no campo. Na década de 1980 foi criado o Movimento dos Trabalhadores Sem Terra (MST) que teve origem nos anseios das populações inseridas no campo, fazendo oposição ao Regime Militar que vigorou no Brasil por 21 anos.

O MST defende a colonização de terras devolutas em regiões remotas, sobretudo, nas regiões Norte e Nordeste do Brasil, dando ênfase na redistribuição dessas terras em regiões improdutivas. Posteriormente foram fundadas outras instituições com o objetivo de reivindicar os direitos dos povos do campo: Federação dos Trabalhadores da Agricultura (FETAG), A Comissão Pastoral da Terra (CPT), O Movimento dos Pequenos Agricultores (MPA), Movimento dos Atingidos por Barragens (MAB), organizações para defender os direitos das populações remanescentes de quilombolas, dos caiçaras, dos ribeirinhos, dos pescadores, dos movimentos indígenas, dos lavradores, dos campestres e dos campesinos.

Após o período da redemocratização do Brasil (1985) já no ano de 1998 no governo do presidente Fernando Henrique Cardoso (FHC) foi criado o Programa Nacional de Reforma Agrária (PRONERA). De acordo com o Manual de Operação (PRONERA, 2016, p. 18), “o programa tem como objetivos fortalecer a educação nas áreas de Reforma Agrária”. Com a proposta de estimular, propor, criar, desenvolver e coordenar projetos educacionais utiliza metodologias voltadas para a especificidade do campo, tem em vista contribuir para a promoção da inclusão social com desenvolvimento sustentável nos Projetos de Assentamento de Reforma Agrária.

Ao longo das décadas de 30 a 80 a formação oferecida às classes populares inseridas no campo estava atrelada a um modelo da educação oferecida nos centros urbanos, com uma qualidade inferior, este tratamento foi ofertado com descaso dos valores presentes no meio rural, deixando evidente a inferioridade quando comparado ao espaço urbano. Os sujeitos inseridos no campo sofrem estigmas e preconceitos por parte da sociedade elitista urbana e, na maioria das vezes, são esquecidos e silenciados.

Leite (1999, p. 14) mostra que “a educação rural no Brasil por motivos socioculturais sempre foi relegada a planos inferiores e tem por retaguarda ideológica o elitismo acentuado no processo educacional instalado pelos jesuítas e a interpretação político-ideológica da oligarquia agrária que sempre rotulou os sujeitos inseridos no campo como sendo inferiores em relação aos da zona urbana”.

1.3. Contexto da Educação do Campo nas Constituições Brasileiras

A educação do campo poucas vezes apareceu na agenda política do Brasil. Na Constituição do Período Imperial (1824) e na Primeira Constituição da República (1891) sequer foi mencionada. Somente a partir da Era Vargas a educação rural foi contemplada por uma constituição (BRASIL, 1934).

Nascimento (2009, p. 160) relata que “o Brasil apesar de ser um país eminentemente agrário, sequer tem mencionado acerca da educação rural em seus textos constitucionais (BRASIL, 1824 e, 1891)”. Isso evidencia dois problemas de governança pública, a saber, o descaso por parte dos dirigentes com a educação destinada aos camponeses e resquícios de uma cultura política alicerçada na economia agrária com base no latifúndio e no trabalho escravo.

A partir da promulgação da Constituição (BRASIL, 1934) algumas conquistas foram alcançadas e absorvidas pela educação do campo como a obrigatoriedade e gratuidade do antigo ensino primário que contemplou também os adultos, gratuidade do ensino e o ensino religioso facultativo nas escolas mantidas pelo governo, dando ênfase a liberdade de culto e de crença. Apesar da Constituição de 1934 ter vigorado apenas três anos, tais avanços são considerados como conquistas fundamentais para os sujeitos inseridos no campo.

No texto constitucional de 1934, artigo 156, parágrafo único cita que a União, os Estados e os Municípios, aplicarão nunca menos de dez por cento, e o Distrito Federal, nunca menos de vinte por cento da renda resultante dos impostos, na manutenção e no desenvolvimento dos sistemas educativos. Para a realização do ensino nas zonas rurais, a União reservará, no mínimo, vinte por cento das cotas destinadas à educação no respectivo orçamento anual.

Carlos e Vicente (2011, p. 29 e 30) relatam que “ao financiar a oferta do ensino público rural, o poder público assina a responsabilidade com a interiorização do ensino público. Esse dispositivo não expressa somente o reconhecimento do direito dos sujeitos das zonas rurais à escolarização pública e gratuita, mas também o desejo do Estado brasileiro de evitar a migração para zonas urbanas”.

Ainda na Era Vargas outra constituição passou a vigorar (BRASIL, 1937). No período denominado Estado Novo o governo Vargas continuou dando atenção para a escola rural e cria a Sociedade Brasileira de Educação Rural³, a qual deu ênfase à expansão do ensino e a preservação das artes.

³ A Sociedade Brasileira de Educação Rural (SBER) foi criada durante o governo do presidente Getúlio Dornelles Vargas no Estado Novo. Tinha o papel da educação como canal de difusão ideológica, pois era preciso alfabetizar, mas sem descurar dos princípios de disciplina e civismo (LEITE, 2002, p. 30).

Durante a vigência da constituição de 1937, na década de 40, o ministro de Estado da Educação do Governo Vargas, Gustavo Capanema Filho fez algumas reformas que propiciaram as mudanças no ensino brasileiro, as chamadas Leis Orgânicas (LO), também conhecidas por Reforma Capanema. Dentre essas reformas foram editados decretos que determinavam e regulamentavam os ensinos primário, secundário, industrial, comercial, normal e, por fim, o agrícola, contemplando dessa forma os sujeitos inseridos no campo.

Neste período, também foi criada a Comissão Brasileira de Educação das Populações Rurais (CBAR), que de acordo com Leite (1999) “tinha a atribuição de implantar projetos educacionais na zona rural e o desenvolvimento das comunidades campestres, mediante a criação de centros de treinamentos para professores especializados que repassariam as informações técnicas aos rurícolas”. O autor cita ainda que tinha também “a realização de Semanas Ruralistas com debates, seminários, encontros e dia de campo e também a criação e implementação dos chamados Clubes Agrícolas e dos Conselhos Comunitários Rurais”.

Após o final da Era Vargas em 1945, o Brasil ganha no ano seguinte mais uma Carta Magna (BRASIL, 1946) que no texto constitucional trouxe modificações para a educação. Para Carlos e Vicente (2011, p. 31) “a Constituição manteve o enunciado da educação como direito e a corresponsabilidade da sociedade civil e das empresas com gratuidade do ensino primário rural”. O artigo 168, Capítulo II da Educação e da Cultura (BRASIL, 1946) cita a educação como direito de todos e determina que ela deve acontecer no lar e na escola, inspirada nos princípios de liberdade e nos ideais de solidariedade humana.

O Inciso III cita que as empresas industriais, comerciais e agrícolas, em que trabalham mais de cem pessoas, são obrigadas a manter ensino primário gratuito para servidores e seus filhos. Neste período foram criadas ações pelo poder público para fomentar a educação destinada aos sujeitos inseridos no campo.

Carlos e Vicente (2011, p. 31) relatam que “o discurso pedagógico e jurídico, político e educacional propiciou, em certa medida, a criação da Lei Orgânica do Ensino Agrícola (LOEA, 1946), promulgada, no Rio de Janeiro, Capital do Brasil na época precisamente, em 20 de agosto de 1946, pelo presidente Eurico Gaspar Dutra”. Essa lei foi um dos primeiros atos jurídicos que delineou, em nível nacional, uma possibilidade de se organizar a educação escolar destinada ao campo. Nela, o direito à educação dos trabalhadores do campo foi mantido e afirmado nacionalmente.

Durante a vigência do Regime Militar (1964 – 1985) foi promulgada uma nova Carta Magna (BRASIL, 1967), que começou a vigorar com algumas semelhanças com a Constituição de 1946. O artigo 168 menciona a educação como um direito de todos deve ser dada no lar e na escola, assegurar a igualdade de oportunidades, devendo inspirar-se no princípio da unidade nacional e nos ideais de liberdade e de solidariedade humana.

O Artigo 168, § 1º ao 3º determinava que o ensino seria ministrado nos diferentes graus pelos poderes públicos; respeitadas as disposições legais, sendo também o ensino livre à iniciativa privada, a qual mereceria o amparo técnico e financeiro dos poderes

públicos, inclusive o oferecimento de bolsas de estudos; e a adoção de princípios e normas pela legislação, onde o ensino primário somente seria ministrado em língua vernácula (português). Ficou estabelecido também que o ensino para crianças e adolescentes seria obrigatório dos sete aos quatorze anos de idade, gratuito nos estabelecimentos primários oficiais e a obrigatoriedade das empresas industriais agrícolas de fornecer o ensino primário gratuito para seus empregados e os filhos destes.

Após 21 anos de regime militar, com um movimento que mudou a história, chega o período de redemocratização do Brasil, com eleições diretas para a escolha de novos parlamentares que discutiram e elaboraram a Constituição (BRASIL, 1988), conhecida também como Constituição Cidadã. Em seu artigo 205, estabelece que “a educação é um direito de todos e dever do Estado e da família e será promovida e incentivada com a colaboração da sociedade, visando ao pleno desenvolvimento da pessoa, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho” (BRASIL, 1988).

Em relação à educação a Constituição (BRASIL, 1988) traz em seu artigo 206 alguns princípios a serem seguidos, dentre eles que o ensino deve ser ministrado com base nos princípios da igualdade de condições para o acesso e permanência na escola; a liberdade de aprender, ensinar, pesquisar e divulgar o pensamento, a arte e o saber; pluralidade de ideias e concepções pedagógicas e coexistência de instituições públicas e privadas de ensino; gratuitude do ensino público em estabelecimentos oficiais.

A Constituição do Estado da Bahia (BAHIA, 1989) faz referência à adaptação do calendário escolar visando beneficiar os estudantes inseridos em áreas rurais. Em seu artigo 252, §2º menciona que o “Estado procurará adaptar os calendários escolares aos calendários agrícolas e outras manifestações relevantes da cultura regional”. Alguns municípios brasileiros mencionam em suas leis orgânicas artigos que beneficiam os moradores do campo, com incentivos jurídicos amparados por lei para subsidiar a educação em áreas rurais. A Lei Orgânica do Município de Jequié (Constituição Municipal, 1990) em seu artigo 135, inciso VI, menciona que o município fará a “elaboração do calendário escolar adequado ao alunado da zona rural”.

O Estatuto da Criança e do Adolescente – ECA (BRASIL, 1990) proíbe o trabalho infantil, permite apenas para adolescente na condição de aprendiz a partir de 14 anos de idade. (BRASIL, 1990, artigo 54, alínea VI), menciona que é dever do Estado assegurar à criança e ao adolescente a oferta de ensino noturno regular, adequado às condições do adolescente trabalhador. Esta determinação prevista em lei não contempla esse jovem inserido nas áreas rurais no que tange ao atendimento destinado aos alunos inseridos no campo no turno diurno, portanto em desacordo com a legislação vigente.

Após este breve histórico das normas vigentes no território brasileiro percebe-se que aos poucos foi introduzida uma política educacional para as populações inseridas no campo, reparando desta forma um pouco das desigualdades históricas sofridas pelos sujeitos do campo desde sempre.

CAPÍTULO 2. A EDUCAÇÃO DO CAMPO E A LUTA DOS MOVIMENTOS SOCIAIS

2.1. A luta por uma Educação no Campo

A luta por uma educação do campo de qualidade surgiu dos anseios dos sujeitos inseridos no campo e teve apoio dos movimentos sociais¹ responsáveis pelas conquistas obtidas. Os objetivos dos movimentos sociais, Movimento dos Trabalhadores Rurais sem Terra (MST), Comissão Pastoral da Terra (CPT), Movimento dos Pequenos Agricultores (MPA), Movimento dos Atingidos por Barragens (MAB) é de que a educação no/do campo seja pautada nas lutas pela terra, pela reforma agrária e por uma sociedade mais justa e fraterna. Somados a isso, também buscam iniciativas que solucionem os problemas estruturais do país como a desigualdade social e de renda, a discriminação étnica e de gênero, a concentração da comunicação e a exploração do trabalhador.

Como mencionado anteriormente, a educação do campo nunca foi prioridade da agenda política do país porque possui a concepção de educação definida pelas necessidades do mercado de trabalho, pensada a partir do mundo urbano e retrata o campo como lugar atrasado e o sujeito do campo como um capital a ser explorado. No âmbito dessa discussão emerge a luta específica pelo direito à educação para os povos do campo, convocada pelo MST e articulada a outros movimentos sociais do campo (CALDART, 2004).

Freire (1992, p. 157) chama atenção para a lógica de que “a luta pela unidade da diversidade obviamente é uma luta política, implica a mobilização e a organização das forças culturais em que o corte de classe não pode ser desprezado, no sentido da ampliação e no do aprofundamento e superação da democracia puramente liberal”. A educação oferecida para os sujeitos do campo deve ser de qualidade, além de propiciar uma qualificação que os preparem para prosseguir nos estudos, caso seja de interesse, com igualdade de condições com os alunos da zona urbana, sem perder a sua identidade. O autor chama a atenção para a “educação como prática de liberdade Freire” (1992, p. 53). Ao considerar que o processo de conscientização ter tomado o momento do desvelamento da realidade social como se fosse uma espécie de motivada psicológica de sua transformação. Para Freire (1996):

A questão da identidade cultural, de que fazem parte a dimensão individual e a de classe dos educandos é absolutamente fundamental na prática educativa progressiva, trata-se de um problema que não pode ser desprezado porque o processo de luta pela educação do campo não pode ser entendido isoladamente, ele surge como resultado de demandas e iniciativas dos movimentos sociais para com a construção de uma educação voltada para essa realidade, entre eles, a participação do MST (FREIRE, 1996, p. 41, 42).

¹ O movimento “Por uma Educação do Campo” é coletivo nacional constituído por diferentes movimentos sociais do campo que debatem e discutem uma proposta de educação para a população do campo que prime pelas suas especificidades culturais, sociais e econômicas. Suas proposições estão representadas aqui pelos textos de ARROYO, CALDART, MOLINA (2004) e FERNANDES, CERIOLI, CALDART, (2004).

Concordando com Freire em relação a questão identitária e cultural dos educandos que devem ser levadas em conta, para uma oferta de uma educação progressista, preparando dessa maneira, os alunos oriundos do campo para uma educação que os qualifiquem para seguirem bem na caminha escolar, acadêmica e profissional sem perder suas raízes.

Os movimentos camponeses nascem da necessidade de organização dos povos para a efetivação de necessidades não garantidas pela esfera cabível, a luta do MST em relação à educação iniciou-se por meio de propostas educativas específicas para os assentamentos, no intuito de mudar a relação de poder no país. Para Caldart (2004, p. 91) “os sem terra do MST também começaram a lutar por escolas e, sobretudo, para cultivar em si mesmos o valor do estudo e do próprio direito de lutar pelo acesso a ela, considerando que a Escola do MST é uma escola do campo, vinculada a um movimento de luta pela Reforma Agrária”.

Caldart (2004, p. 105) relata que “a relação existente entre o MST e educação é de origem, ou seja, “[...] a história do MST é a história de uma grande obra educativa”. A autora cita ainda que “a história da educação escolar do MST e a estrutura em três períodos.” 1º) a luta pela escola na luta pela terra, referente ao período de origem das primeiras preocupações, caracterizado pela ênfase da luta por escolas nas áreas de Reforma Agrária na forma de realizar essa luta foi por meio da pressão a órgãos públicos e formação de coletivos responsáveis com a educação (1980 – 1987, Primeiro Encontro Nacional de Professores de Assentamentos); 2º) a inserção da escola em uma organização de massas que inicia-se com a constituição do Setor de Educação do MST (1988) e vai até o I Encontro Nacional de Educadores e Educadoras da Reforma Agrária (1997), tem como destaque a construção de uma proposta pedagógica do MST; 3º) a escola do MST e a formação dos sujeitos de um projeto de educação e de país, que a educação do MST extrapola os limites do movimento e vai discutida com secretarias de educação e com outros movimentos sociais, como forte expressão deste momento à constituição da articulação nacional por uma educação do campo.

Caldart (2004) relata que “o MST luta desde 1984 pelo acesso à educação pública e de qualidade em todos os níveis para as crianças, jovens e adultos de acampamentos e assentamentos”. Os esforços nesta área buscam alfabetizar todos os trabalhadores rurais de acampamentos e assentamentos a conquista de condições reais para que todas as crianças e adolescentes estejam na escola. Nas últimas três décadas a história do MST é marcada por várias lutas de classes e à concepção de escola passou por diferentes momentos.

Dessa forma nasce a proposta da educação do campo, conceito e princípio. Ela denuncia a histórica contradição sociocultural e política entre campo e cidade que constitui um projeto de desenvolvimento sociocultural e econômico para o campo brasileiro; uma concepção de educação vinculada ao conjunto de saberes, à cultura e à identidade dos

povos do campo. Uma primeira conquista constitui a demarcação de um marco legal para a Educação do Campo e a instituição do Programa Nacional de Educação para a Reforma Agrária (PRONERA), programa que garante o financiamento dos projetos específicos para atender as demandas educativas dos povos do campo, entre elas, relacionados à democratização do acesso à Educação Superior.

Para Freire (1992, p. 24) “o educando se reconhece conhecendo os objetos, descobrindo que é capaz de conhecer, assistindo à imersão dos significados em cujo processo se vai tornando também significador crítico”. Freire (1992, p. 47) explica que “assumir-se como educando significa reconhecer-se como sujeito que é capaz de conhecer e que quer conhecer em relação com outro sujeito igualmente capaz de conhecer”.

Para Morigi (2003, p. 57) “a ênfase dada à educação pelo MST é mensurada pela afirmação de que investir em educação é tão quanto o gesto de ocupar a terra. No âmbito dessa discussão emerge a luta específica, o direito a educação para os povos do campo, convocada pelo MST e articulada a outros movimentos sociais do campo”.

2.2. O legado da EMJAB para os seus egressos

Durante 51 anos de atuação, a EMJAB oferta uma educação do campo destinada a atender os moradores do Povoado da Cachoeirinha e da Vila Frisuba. A instituição tem deixado o seu legado, colabora com a continuidade dos estudos de seus sujeitos, além de propiciar uma educação de qualidade quando atende os anseios de seus alunos, sobretudo, os egressos da escola. Este legado é constatado nas entrevistas com os egressos da EMJAB, uma ex aluna relata:

Tenho 20 anos e resido aqui mesmo no Povoado da Cachoeirinha. Vim estudar aqui na Escola José Augusto Barreto com 9 anos de idade, conclui o 9º ano do ensino fundamental em 2013. Considero a José Augusto Barreto uma boa escola, com bons professores. Ela ajudou muito na minha formação. Depois que conclui que o 9º ano, fui estudar o Curso Técnico em Edificações no CEEP Régis Pacheco. Atualmente estou aqui na escola atuando como monitora no programa Mais Educação e estou realizando o meu sonho, estou cursando a graduação em Engenharia Civil na Faculdade Pitágoras, que é o curso que eu sempre quis estudar.

Além de contribuir com a formação de seus sujeitos a EMJAB ao longo dos anos contribui também com as perspectivas de trabalho dos seus egressos, dá oportunidade a eles de participarem de seleções públicas para o ingresso nas atividades laborativas e pedagógicas desenvolvidas pela própria escola. Esta constatação fica evidente na fala de Girassol, egressa do ano de 2014.

Tenho 19 anos e resido aqui no Povoado da Cachoeirinha. Eu vim estudar aqui na Escola José Augusto Barreto com 9 anos e fiquei até os meus 14 anos de idade quando conclui o Ensino Fundamental em 2014. A escola me ajudou muito, na minha formação tive ótimos professores, uma coordenação de qualidade e uma boa direção. Estou fazendo o Curso Técnico em

Administração no CEEP Régis Pacheco e agora tive esta oportunidade de voltar para escola para fazer o meu estágio aqui na secretaria. Hoje é o meu primeiro dia de estágio e estou gostando da experiência. O curso superior que me identifico e que pretendo fazer é o bacharelado em administração.

A EMJAB desde o período que somente ofertava os anos iniciais do ensino fundamental desenvolve um trabalho destinado a qualificar os seus sujeitos, e pensa nas suas perspectivas de continuidade dos estudos. Orquídea, egressa no ano de 1994 ressalta o papel da EMJAB no seu processo formativo.

Tenho hoje 45 anos, resido aqui na Cachoeirinha na Rua Raimundo Xavier nº 6. Estudei aqui na Escola José Augusto Barreto por 5 anos, e na época só era ofertado aqui as séries iniciais (ensino fundamental I), não tinha a oferta das séries finais do 6º ao 9º ano como existe hoje. Considero a EMJAB uma boa escola, porque não existe escola ruim, os professores são excelentes. O que falta hoje para que a escola seja melhor é o comprometimento dos pais em participar mais das reuniões e uma melhor infra-estrutura. Saí daqui da EMJAB fui estudar em Jequié, fiz o ensino fundamental II e o Curso de Magistério no antigo IERP. Depois cursei a Licenciatura em Pedagogia e atualmente sou pós graduada em Gestão e Supervisão Escolar. Iniciei a minha carreira docente na Escola Municipal Maria Bastos Damasceno, localizada no Povoado Volta do Rio aqui no município de Jequié, onde desenvolvi um trabalho de conscientização e qualificação com os alunos para ajudar a prepará-los para seguirem nas suas pós formações. Atualmente estou gestora aqui na EMJAB e procuro fazer o mesmo com os alunos da escola. Ainda tenho vontade de cursar educação física e geografia, pois me identifico muito com esses dois cursos.

Orquídea evidencia a participação efetiva da EMJAB na vida de seus egressos, colabora com os estudantes na continuidade de seus estudos, que conforme os relatos acima citados a escola dá subsídios, contribui para que tenham uma perspectiva de continuidade de seus estudos e que dêem um retorno para suas comunidades. Orquídea é o principal exemplo desta participação da EMJAB, pois ela estudou na escola apenas nos anos iniciais, mas o legado deixado foi decisivo para que ela prosseguisse nos estudos na sede da cidade de Jequié e atualmente exerce o cargo de gestora da EMJAB.

2.3. Perspectivas de formação dos alunos atuais da EMJAB

Os alunos da EMJAB, sobretudo, os concluintes do 9º ano possuem perspectiva de continuidade de vida estudantil e acadêmica inclusive possuem a definição dos cursos que almejam fazer no ensino médio e superior, conforme evidencia Cedro:

Tenho 15 anos e moro aqui na Cachoeirinha I. [...] Vim estudar aqui na Escola José Augusto Barreto com 10 anos de idade, considero uma boa escola, aprendi muito aqui, com os professores que são bons e não pretendia sair daqui, mas só tem até o 9º ano. Vou concluir agora e sei que o que eu aprendi aqui vai ajudar nos meus estudos. Não vou estudar no IFBA porque é muito longe e a despesa com o transporte vai ficar muita alta para meus pais. Pretendo estudar no Poli um curso técnico e o meu grande sonho é seguir com meus estudos e cursar a faculdade de veterinária.

A EMJAB juntamente com a PMJ e a SME articula com instituições públicas da cidade de Jequié para propiciar visitas dos seus alunos para conhecerem e aguçarem o interesse para um possível ingresso, sobretudo, nas instituições de educação como o Instituto Federal da Bahia (IFBA).

Tenho 15 anos, moro na Cachoeirinha II. Eu vim estudar aqui na Escola Municipal José Augusto Barreto, com 11 anos. Gosto muito da escola, dos meus colegas, dos professores e das atividades que tem aqui, como o Mais Educação, a educação física e dos passeios que tem. Aprendi muito aqui na escola, quando cheguei tinha dificuldades em algumas matérias, mas agora estou me desenvolvendo, o ensino aqui é muito bom. Quero estudar o curso técnico profissionalizante em informática no Colégio Polivalente ou no IFBA e o meu desejo maior é estudar sistema de informação na UESB (VINHÁTICO, 2019).

O aluno almeja um futuro com mais oportunidades e pretende tê-las através da educação, pensa em continuar seu processo de escolarização como possibilidades de crescimento intelectual e perspectivas de continuidade de vida acadêmica (PPP EMJAB, 2011). A EMJAB oferece subsídios para seus alunos e isso é constatado nas falas de seus egressos quando destacam o papel da escola na continuidade de seus estudos. Isso fica evidenciado no pronunciamento de Pau Brasil:

Tenho 15 anos e moro na Avenida Senhor do Bomfim. Gosto muito da escola, considero que ela é uma excelente escola, porque vim estudar aqui com 10 anos e me desenvolvi, aprendi muito aqui. A escola me ajudou muito no meu aprendizado. Quando sair daqui no final do ano quero estudar o curso de informática no Colégio Polivalente, mas a minha grande vocação é estudar o curso de sistema da informação.

A EMJAB foi criada com o objetivo de subsidiar seus alunos na construção de uma educação que os preparem com possibilidades de seguirem bem na continuidade de seus estudos. Entretanto, os estudos de Sguissardi (2000, p. 170) mostram que a educação superior reorganiza-se segundo a lógica do capital e do controle rígido do Estado.

É fundamental subsidiar os alunos para eles terem possibilidades de ingressarem do ensino superior para obterem conhecimento acadêmico que lhes darão subsídios para seguirem preparados com perspectivas de continuidade de vida acadêmica. A EMJAB faz este trabalho de preparação com seus alunos ao longo do ensino fundamental, foca nos alunos do 9º durante o período letivo do ano de conclusão e, sobretudo, no segundo semestre do ano, quando os professores e direção incentivam e propiciam visitas às instituições públicas da cidade de Jequié, mostram a necessidade destes alunos de seguirem os seus estudos para alcançarem seus objetivos de vida e de carreira.

2.4 Perspectivas de ingresso dos alunos da EMJAB

Os alunos da EMJAB, sobretudo, os concluintes do 9º ano do ensino fundamental dos anos finais têm a definição de qual curso irão fazer no ensino médio ou técnico e,

posteriormente no nível superior, com perspectivas de continuidade de vida acadêmica. Os egressos que cursaram ou estão cursando, evidenciam nas falas o tipo de curso que pretende fazer de acordo com a tabela 1 abaixo:

Ens. Médio	Quant. de alunos	Ens. Técnico	Quant. de alunos	Ensino Superior	Quant. de alunos
	1			Pedagogia	1
				Ed. Física	1
				Geografia	1
		Técnico em Administração	1	Bacharelado em Administração	1
		Técnico em Edificações	1	Eng. Civil	1
		Técnico em Informática	5	Sistema da Informação	3
		Técnico em Enfermagem	1	Direito	3
		Indefinido	1	Indefinido	1

Tabela 1- Definição das escolhas dos cursos (médio ou técnico e superior) pelos alunos e egressos da EMJAB

Fonte: Dados coletados pelo autor (2018)

De acordo com a tabela acima apenas um entrevistado ainda não tem a definição de qual curso irá fazer no ensino médio ou técnico e também no ensino superior. Fica evidenciado que a preferência tanto pelos cursos técnicos e superiores é na área de informática, com o curso de sistemas da informação, além do curso de direito. A não escolha do curso técnico e também superior na área das ciências da terra deve-se ao fato dos alunos não serem filhos de fazendeiros ou de pequenos agricultores, são filhos de pais que exercem atividades laborativas na agricultura familiar, como lavradores e as demais pessoas sobrevivem da confecção de vassouras de palhas, da pesca, do artesanato e do trabalho no frigorífico Vale do Sol, exercendo a profissão de magarefe² (PPP, EMJAB, 2011).

O mercado de trabalho atualmente é concorrido e a escolha de cursos que tem demandas na cidade é almejada pelos alunos e também pelos egressos da EMJAB, conforme evidencia Margarida:

Tenho 15 anos, moro no Conjunto Habitacional Cachoeirinha II, e vim estudar aqui na escola com 11 anos, para estudar o 6º ano. Eu considero a escola José Augusto uma boa escola, porque aprendi muita coisa e gosto daqui, fiz muitas amizades boas, gosto dos professores, da diretora e de todo mundo aqui. Desenvolvi-me muito aqui, porque na outra escola que estudei não aprendi muito e aqui foi diferente, a escola me ajudou a me desenvolver. Não

2 Magarefe é o profissional que trabalha em um frigorífico fazendo o abate de bovinos, ovinos, caprinos em um matadouro. (CORTESE, 1994, p. 171).

pretendo exercer a profissão da minha mãe que confecciona vassouras, nem a do meu pai que é lavador porque o salário é muito baixo. Eu pretendo sair aqui da escola e estudar um curso técnico de informática no IFBA, mas acho que vou me matricular no Poli, porque é mais perto e o custo do transporte vai ficar mais barato para a minha família. Depois vou estudar mais porque eu quero ser advogada, é o meu sonho, pretendo exercer a profissão em Jequié e meu outro sonho é ajudar meus pais a ter uma vida melhor, porque a vida da minha família é humilde, com poucos recursos de dinheiro.

Percebe-se que Margarida ao escolher inicialmente o curso técnico de informática e, posteriormente, o curso superior de direito, ela pensa em uma absorção mais rápida no mercado de trabalho, por considerar que essas duas áreas possuem boas demandas com possibilidades de investidura em cargos públicos. Enfatiza que quer estudar mais porque quer ser advogada, fica evidente que ela vê na educação uma forma de progredir na vida.

O povoado da Cachoeirinha e a Vila Frisuba carecem muito de políticas públicas que incentivem a agricultura familiar para subsidiar as pessoas residentes no povoado, propiciar emprego e renda que satisfaçam suas necessidades básicas (PPP, EMJAB, 2011). Por esse motivo os alunos da EMJAB almejam continuar seus estudos em áreas de atuação fora do campo, nas sedes das cidades, que supram suas expectativas de ingresso no mercado de trabalho.

Percebe-se nas falas dos entrevistados que eles querem uma escola do campo que os preparem para a vida na cidade, pois segundo eles a vida no campo não oferece uma boa perspectiva que lhes favoreçam, principalmente no retorno financeiro que é um dos objetivos que eles têm para ajudarem seus familiares. Este desejo por atuar fora do campo é explícito na fala de Pau Brasil.

Tenho 15 anos e moro na Avenida Senhor do Bomfim. Gosto muito da escola, considero que ela é uma excelente escola, porque vim estudar aqui com 10 anos e me desenvolvi, aprendi muito aqui. A escola me ajudou muito no meu aprendizado. Quando sair daqui no final do ano quero estudar o curso de informática na Escola Polivalente e depois tenho um desejo que vou realizar que é estudar sistema da informação na UESB em Jequié.

Essa narração mostra que o jovem busca uma formação tanto técnica como universitária na mesma área de atuação, pois vê na informática um mercado de trabalho que considera promissor, diferente das atividades que são desenvolvidas no campo, que são na maioria das vezes esquecidas pelo poder público. A visão dos alunos da EMJAB em prosseguir na continuidade de seus estudos é pertinente, pois eles vislumbram na educação uma via de acesso a uma vida melhor para mudar seu futuro, com uma vida mais promissora financeiramente.

Para os narradores (alunos e egressos), a palavra trabalho pode apresentar várias interpretações. O conceito de mundo do trabalho engloba outros fatores além da função laboral no sentido estrito. Por mundo do trabalho entendem-se as atividades materiais, produtivas e os processos sociais inerentes à realização de um trabalho, que lhe conferem

significado no tempo e no espaço. A história do trabalho mostra-se de uma forma intrínseca na sociedade porque ela está atrelada às condições de sobrevivência e, mais do que isso, de produtividade criativa que faz bem à autoestima e vivência social desses jovens. Por meio do trabalho as sociedades se desenvolvem, se relacionam e se transformam. Dessa forma, refletir sobre o conceito de mundo do trabalho é pensar como as sociedades estão organizadas.

Para Marx (1985a, p. 153) “o mundo do trabalho está ligado à atividade orientada a um fim para produzir valores de uso, apropriação do natural para satisfazer as necessidades humanas”. Os alunos e os egressos da EMJAB pensam em sua pós formações atreladas ao mundo do trabalho, pois dessa maneira vislumbram um futuro com possibilidades de ascensão profissional.

Marx (1983, p. 149) “enfatiza que o trabalho é um processo entre o ser humano e a natureza, no qual ele em sua própria ação medeia, regula e controla o seu metabolismo sobre a natureza. Ele põe em movimento as forças naturais pertencentes a sua corporeidade braços, pernas, cabeça e mãos, a fim de apropriar da matéria natural em uma forma útil à própria vida”. Todavia, Marx (1988) aponta que “na história a evolução gradativa do mundo do trabalho é contínua naquilo que corresponde à evolução do ser humano pela necessidade de suprir suas necessidades”. De acordo com o autor, o trabalho é a forma pela qual os seres humanos se apropriam da natureza a fim de satisfazer suas necessidades, portanto, o trabalho é visto pelos humanos como uma forma de alcançar um determinado propósito. A pesquisa analisa como esse movimento de busca dos alunos do 9º ano da EMJAB são captadas no processo de suas formações de ensino para o preparo para a vida e o mundo do trabalho.

Ao analisar essa questão, percebe-se sua ligação estrita das perspectivas desses jovens com a formação contínua na educação e buscam capacitação para a igualdade de oportunidades. A pesquisa aponta para ampliação de discussões para a formação desses jovens. O mundo do trabalho é o ambiente onde se desenvolvem as forças produtivas, no qual o jovem pode se descobrir profissionalmente e atuar na dimensão mais adequada às suas qualidades e aptidões após a saída da escola.

CAPÍTULO 3. A PESQUISA “IN LÓCUS” NA EMJAB E AS NARRAÇÕES SOBRE AS PERSPECTIVAS DE CONTINUIDADE DE VIDA ESCOLAR

3.1 As perspectivas dos alunos atuais e egressos da EMJAB sobre o mundo do trabalho

Nos relatos orais feitos pelos alunos atuais e egressos da EMJAB eles evidenciam as perspectivas para a continuidade da vida estudantil e acadêmica porque o mundo do trabalho ainda está distante. Entretanto, os egressos afirmam que conseguiram com a qualificação e a preparação da escola fazerem suas escolhas e seguirem para o mercado de trabalho. Frigotto et. al (2005) relatam que:

A política de educação profissional, que tem como referência a produção de conhecimento na área e as lutas sociais, desafiou-nos a analisar o percurso tomado pela política no Governo Lula, que representa, na verdade, a disputa entre os setores progressistas e conservadores da sociedade brasileira pela hegemonia nesse campo (FRIGOTTO et. al, 2005, p. 03).

De acordo com Frigotto et al, os movimentos sociais buscam reivindicar políticas públicas de educação profissional para ofertar para a classe trabalhadora ter um acesso mais igualitário na sua formação profissional. Frigotto (2001, p 71 - 72) enfatiza que “o trabalho constitui-se por ser elemento criador da vida humana, em um dever e em um direito. Um dever a ser aprendido, socializado desde a infância”. De acordo com Frigotto é através do trabalho que se pode reproduzir permanentemente a existência humana e satisfazer as necessidades vitais. E para o ingresso no mercado de trabalho o jovem do campo busca se inserir em profissões que são exercidas nas cidades, que tenham demandas e são melhores remuneradas. Isso é evidenciado no relato de Jatobá:

Tenho 16 anos e moro na Cachoeirinha II. Eu vim estudar aqui na escola com 04 anos de idade, passei muitos anos aqui e só sairei quando concluir o 9º ano. Gostei muito da escola, porque tem ótimos professores e porque cumprem os horários de funcionamento da escola. Foi muito bom estudar aqui, a escola ajudou muito no meu aprendizado. Agora estou estudando o curso médio profissionalizante em Jequié, graças ao aprendizado que a escola me deu. Estou estudando informática e já pensei estudar direito para ser advogado, mas agora decidi vou estudar sistema da informação na UESB.

Para Jatobá as perspectivas são direcionadas para as profissões que ele acha que propiciam a entrada no mercado de trabalho e que tem remunerações altas, ele deseja uma mudança de vida de seus familiares que sempre viveram no campo, tanto social como econômica. Uma parte dos alunos através dos seus relatos deixa nítida a definição da profissão pela área do direito, e este desejo fica expresso também na fala de Bromélia.

Tenho 17 anos e resido na Cachoeirinha II. Eu acho a José Augusto Barreto uma boa escola, porque aprendi muito aqui, gosto de alguns colegas. Me

desenvolvi muito depois que cheguei aqui na escola. Vim estudar aqui com 12 anos e agora vou sair daqui com 17 anos, com um aprendizado melhor do eu tinha antes na outra escola que estudei. Tenho o interesse em estudar o curso técnico em enfermagem, pois assim tenho uma chance de trabalho para poder me preparar mais, porque o meu grande sonho é estudar direito para ser uma advogada e atuar aqui mesmo em Jequié.

A escolha pela área do direito por parte dos alunos demonstra que eles querem uma carreira promissora e rentável e que é considerada por muitos familiares uma profissão com destaque no mercado de trabalho. Nas falas dos alunos e egressos a EMJAB tem contribuído com sua formação, porque possibilita almejarem um futuro melhor. Também pensam na continuidade de seus estudos, manifestam o desejo e o interesse em continuarem os estudos, inicialmente cursando o ensino médio e/ou ensino médio técnico e posteriormente o ensino superior.

A educação tem o papel de desenvolver habilidades definidas para uma preparação para seguir na continuidade dos estudos e também para o mercado de trabalho com o objetivo de formar em cada indivíduo competências que lhe assegure a empregabilidade, sobretudo, nos dias atuais em que o mercado de trabalho está muito disputado.

CAPÍTULO 4. CONSIDERAÇÕES FINAIS

A pesquisa discute a educação do/no campo e analisa as perspectivas de alunos do 9º ano da Escola Municipal José Augusto Barreto (EMJAB) sobre a continuidade de vida escolar e como pensam na inserção no mundo do trabalho através da educação. A pesquisa in lócus foi feita na própria escola e com os egressos que residem no Povoado da Cachoeirinha.

No primeiro capítulo abordou-se a educação do campo que vem se afirmando através de ações efetivas para uma política de afirmação em oposição a uma educação para a mão-de-obra, mas preparação dos sujeitos inseridos no campo com perspectivas de seguirem na continuidade de seus estudos e no caso específico dos alunos da EMJAB com perspectivas de continuidade de vida acadêmica, tendo como consequência a preparação para o mercado de trabalho.

A educação do campo está prevista na legislação brasileira e tem a intenção fomentar a formação de alunos do campo, dá suportes para que eles tenham uma qualificação para a continuidade de seus estudos e como consequência para o mundo do trabalho e a convivência com os demais setores da sociedade em igualdade de condições. A EMJAB propicia aos seus alunos uma educação que os qualifiquem, tendo como consequência a possibilidade de continuidade de seus estudos e posteriormente na inserção no mercado de trabalho.

Foi destacada a participação ativa dos movimentos sociais com destaque para o Movimento dos Trabalhadores Sem Terra (MST) que teve origem nos anseios das populações inseridas no campo, a Federação dos Trabalhadores da Agricultura (FETAG) que tem como objetivo as reivindicações dos direitos dos povos do campo, a Comissão Pastoral da Terra (CPT), o Movimento dos Pequenos Agricultores (MAB), o Movimento dos Atingidos por Barragens (MAB), organizações que tem como objetivo a defesa dos direitos das populações remanescentes de quilombolas, dos caiçaras, dos ribeirinhos, dos pescadores, dos movimentos indígenas, dos lavradores, dos campestres e dos campesinos.

Foi enfatizada a inserção da educação do campo nas constituições brasileiras que foi contemplada com o amparo legal com a aprovação de leis específicas destinadas aos sujeitos inseridos no campo, também lembrada na Constituição do Estado da Bahia (BAHIA, 1989) e Lei Orgânica Municipal (JEQUIÉ, 1990).

No segundo capítulo discutiu-se sobre a luta por uma educação do campo de qualidade que surgiu dos anseios dos sujeitos inseridos no campo com o apoio dos movimentos sociais responsáveis pelas conquistas obtidas, que nasceu com a proposta da educação do campo, conceito e princípio, denunciando a histórica contradição sociocultural e política entre campo e cidade que constitui um projeto de desenvolvimento sociocultural e econômico para o campo brasileiro.

Foi destacada a participação da EMJAB e o legado que a escola deixa para os seus egressos durante os 51 anos de atuação ofertando uma educação do campo destinada a atender os moradores do Povoado da Cachoeirinha e da Vila Frisuba. Ademais, colabora com a continuidade de seus sujeitos e propicia uma educação para atender os anseios de seus egressos. Isso ficou evidenciado nas falas dos colaboradores Margarida, Girassol e Orquídea que receberam da escola uma educação que lhes propiciaram seguirem na continuidade de seus estudos com perspectivas de êxito na vida acadêmica e como consequência a inserção no mercado de trabalho.

Ficaram evidenciadas as perspectivas de formação dos alunos atuais da EMJAB, sobretudo, os concluintes do 9º ano que possuem perspectivas de continuidade de vida acadêmica, inclusive com a definição dos cursos que almejam fazer no ensino médio e superior, sobretudo, nos dizeres de Cedro, Vinhático e Pau Brasil. Os alunos da EMJAB têm pretensões de cursar graduações e posteriormente exercerem profissões fora do contexto do campo, com atividades desenvolvidas na cidade.

No terceiro capítulo abordou-se as perspectivas dos alunos atuais e egressos da EMJAB sobre a contribuição da escola em sua vida e a perspectiva de continuidade na vida estudantil. De acordo com os relatos orais feitos pelos estudantes verifica-se que as perspectivas para o futuro através da educação são mais viáveis após a saída da escola, onde eles receberam e continuam recebendo a devida qualificação e a preparação para seguirem sua vida pessoal e profissional. Conforme as falas de Jatobá e Bromélia a escolha pela área do direito por parte dos alunos que demonstram que eles querem uma carreira fora do campo.

Por fim, salienta-se que a continuidade dos estudos é a educação que tem o papel de desenvolver habilidades definidas, além de preparar para o mercado de trabalho com o objetivo de capacitar e valorizar competências dos estudantes que lhes assegurem a perspectiva de aprenderem a aprender e a usarem suas competências para realizarem-se na vida como cidadãos e conseguirem encontrar trabalho de acordo com suas capacidades e que lhes dêem condições de viverem uma vida digna.

REFERÊNCIAS

ARROYO, M. & FERNANDES, B. M. **A educação básica e o movimento social do campo.** Brasília – DF: Articulação Nacional por uma Educação Básica do Campo, 1999.

ARROYO, Miguel Gonçalez. **A questão cultural e a estrutura escolar.** Florianópolis: 2001. (Palestra proferida ao Núcleo de Estudos Negros).

ARROYO, Miguel Gonçalez. **Imagens Quebradas:** Trajetórias e tempos de alunos e mestres. 4^a ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2007.

ARROYO, Miguel Gonzalez; CALDART, Roseli Salete; MOLINA, Mônica Castagna. **Por uma educação do campo.** Petrópolis: Vozes, 2004.

ARROYO, Miguel Gonzalez; CALDART, Roseli Salete; MOLINA, Mônica Castagna (orgs.). **Por uma educação do campo.** 4^a. ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2009.

BAHIA, Constituição. **Constituição do Estado da Bahia:** promulgada em 05 de outubro de 1989.

BAHIA, **Lei Orgânica do Município de Jequié:** promulgada em 05 de abril de 1990.

BRASIL. **Constituição da República dos Estados Unidos do Brasil:** promulgada em 16 de julho de 1934.

BRASIL. **Constituição Brasileira** de 1937. Disponível em: <<http://www2.camara.leg.br/legin/fed/consti/1930-1939/constituicao-35093-10-novembro-1937-532849-publicacaooriginal-15246-pl.html>>. Acesso em: 30 setembro 2018.

BRASIL. **Constituição Brasileira** de 1946. Disponível em: <<http://www2.camara.leg.br/legin/fed/consti/1940-1949/constituicao-1946-18-julho-1946-365199-publicacaooriginal-1-pl.html>>. Acesso em: 30 setembro 2018.

BRASIL. **Constituição Brasileira** de 1967. Disponível em: <<http://www.inap.mx/portal/images/pdf/lat/brasil/constitucion%20de%20brasil%201967.pdf>>. Acesso em: 30 setembro 2018.

BRASIL. **Constituição Brasileira** de 1988. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao compilado.htm>. Acesso em: 18 setembro 2018.

BRASIL, **Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional.** Lei nº 4024/61. Disponível em: <<http://www.pedagogiaemfoco.br>>. Acesso em 13/03/2019

BRASIL. **Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional.** Lei nº 5692/71. Disponível em: <<http://www.pedagogiaemfoco.br>>. Acesso em 13 março 2019

BRASIL, **Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990.** Estatuto da Criança e do Adolescente, 1990.

CALDART, Roseli Salete. **Lei nº 9.394**, de 20/12/1996, art. 1º, 22º e 26º. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l9394.htm>. Acesso em 15/05/2019

CABRAL, João Francisco Pereira. **Capital, Trabalho e Alienação, segundo Karl Marx; Brasil Escola.** Disponível em: <<https://brasilescola.uol.com.br/filosofia/capital-trabalho-alienacao-segundo-karl-marx.htm>>. Acesso em 10 de dezembro de 2018.

CALDART, Roseli Salete. **Pedagogia do Movimento Sem Terra.** Petrópolis: Vozes, 2000.

CALDART, Roseli Salete. Por uma educação do campo: traços de uma identidade em construção. In: ARROYO M. CALDART, R. e MOLINA.M. (orgs). **Por uma Educação do Campo.** Petrópolis: Vozes, p.147-158, 2004.

CALDART, Roseli Salete. **Sobre a educação do campo.** In: SANTOS, Clarice (Org.). Educação do campo: Campo políticas públicas e educação. Brasília: INCRA; MDA, 2008.

CALDART, Roseli Salete; CONCEIÇÃO, Paludo, Doll Johannes (organizadores). **Como se formam os sujeitos do campo? Idosos, adultos, jovens, crianças e educadores.** Brasília: PRONERA: NEAD, 2008.

CARLOS, Erenildo João; VICENTE, Dafiana do Socorro Soares. **Fundamentos jurídicos da educação do campo:** Rascunhos e achados de pesquisa. In: Maria do Socorro Xavier Batista. (Org.). Movimentos sociais, estado e políticas públicas da educação do campo: pesquisa e práticas educativas. 1ª Ed. João Pessoa: Editora Universitária da UFPB, 2011. v., p. 25 - 43.

CORTESEI, M. L. **Slaughterhouses and humane treatment.** Rev. Sci. Tecn. Off. Int. Epiz., v. 13, n.1, p.171-193, 1994.

FAUSTO, Boris. **História do Brasil.** São Paulo: Editora da USP, 1994.

FAUSTO, Boris. **A revolução de 1930:** historiografia e história. 16ª ed. rev. e ampl. 2ª reimpressão. São Paulo: Companhia da Letras, 2002.

FERNANDES, B. M. CERIOLI, P.; CALDART, R. S. Primeira Conferência Nacional por uma Educação Básica do Campo. In: ARROYO, M.G.; CALDART, R.S.; MOLINA, M.C. **Por uma educação do campo.** Petrópolis: Vozes, 2004. P. 19-62.

FERNANDES, Calazans, TERRA, Antonia. **40 horas de esperança.** Editora Ática S. A.: São Paulo, 1994.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia da Autonomia:** saberes necessários à prática educativa. São Paulo: Paz e Terra, 1996.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia da Esperança:** um reencontro com a pedagogia do oprimido. Notas: Ana Maria Araújo Freire. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1992.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia da esperança:** um reencontro com a pedagogia do oprimido. 30ª edição. Notas: Ana Maria Araújo Freire. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2021.

FRIGOTTO, Gaudêncio. **Educação e Trabalho:** bases para debater a Educação Profissional Emancipadora. Perspectiva, v.19, n.1, p.71-87, jan./jun. 2001.

FRIGOTTO, Gaudêncio; CIAVATTA, Maria; RAMOS, Marise. **A política de educação profissional no Governo Lula.** Educ. Soc., Campinas, vol. 26, n. 92, p. 1087-1113, Especial - Out. 2005.

GADOTTI, Moacir. **Diversidade Cultural e Educação para Todos**. Rio de Janeiro: Graal, 1992.

LEITE, Sérgio, Celani. **Escola Rural**: urbanização e políticas educacionais. 1^a ed. São Paulo: Cortez, 1999.

LEITE, Sérgio Celani. **Escola rural**: urbanização e políticas educacionais. 2^a. ed. São Paulo: Cortez, 2002.

MARTINS, José de Souza. **Exclusão social e a nova desigualdade**. 2^a ed. São Paulo: Paulus, 1997.

MARX, K. **O Capital**. Volume I. São Paulo, Abril, Cultural, 1983.

MARX, K. **O Capital**: crítica da economia política. Tradução por Regis Barbosa e Flávio R. Kothe. São Paulo: Abril Cultural, 1985a. Livro 1, v.1, t.1. (Os economistas).

MORIGI, Valter. **A escola do MST**: uma utopia em construção. Porto Alegre: Mediação, 2003.

NASCIMENTO, C. G. 2003. **A educação camponesa como espaço de resistência e recriação da cultura**: um estudo sobre as concepções e práticas educativas Escola Família Agrícola de Goiás (EFAGO). Dissertação de Mestrado Universidade de Campinas: Campinas, 2003.

NASCIMENTO, Claudemiro Godoy do. **Educação do Campo e Políticas Públicas para além do capital**: Hegemonia em disputa. Tese de doutorado em educação. Universidade de Brasília. Faculdade em educação UnB, 2009.

NAVARRO, Eduardo de Almeida. **Método moderno de tupi antigo**: a língua do Brasil dos primeiros séculos. Terceira edição. São Paulo. Global. 2005. p. 287.

POLLAK, Michael. **Memória e identidade social**. Revista Estudos Históricos, Rio de Janeiro, Volume 5, nº 10, 1992.

PRONERA. Programa Nacional de Reforma Agrária. **Manual de Operações**. Brasília, 2016.

SGUSSARDI, Valdemar. **Educação superior, velhos e novos desafios**. São Paulo: Xamã, 2000,

THOMPSON, Paul. **A voz do passado**: história oral. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1992.

FONTE DOCUMENTAL DA ESCOLA MUNICIPAL JOSÉ AUGUSTO BARRETO – EMJAB

Projeto Político Pedagógico – PPP, Escola Municipal José Augusto Barreto – EMJAB, Jequié – BA, 2011.

PÁGINAS ELETRÔNICAS PESQUISADAS

BRASIL. MEC, Informações sobre a educação no Brasil, programas e projetos. www.mec.gov.br/acesso no período de março de 2007 a fevereiro de 2008.

SCALABRIN, R. e CORDEIRO, G. N. **Formação de professores**: a alternância como elemento integrador. Anais da Anpae. UFRGS: Porto Alegre, 2007: Disponível em: <www.anpae.org.br/congressosantigos/simposios2007/396.pdf>. Acesso em maio de 2019.

ANEXOS



Imagen 1: Placa – Início da obra de construção da então Escola Estadual José Augusto Barreto

Fonte: Acervo de pesquisa do autor (2019)



Imagen 2: Parte frontal da Escola Municipal José Augusto Barreto – EMJAB

Fonte: Acervo de pesquisa do autor (2019)



PAULO ROBERTO NOGUEIRA SILVA - Mestre em Relações Étnicas e Contemporaneidade pela Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia - PPGREC/UESB, Campus de Jequié (2022), Especialista em Educação no/do Campo pela Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia - UESB, Campus de Jequié (2019), Especialista em História e Cultura Afro - Brasileira pela Universidade Cândido Mendes - UCAM, (2016), Graduado em História pela Faculdade de Tecnologia e Ciências - FTC, (2010) e Graduado em Pedagogia pela Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia - UESB (2023). Atuou pelo Programa Universidade Para Todos - UPT, como professor / monitor na disciplina de História, Campus de Jequié, polos de Jequié e Vitória da Conquista. Atualmente está ministrando aulas no Colégio Estadual Luiz Navarro de Brito, na rede estadual de educação na cidade de Jequié (NTE-22). Atuou como professor das disciplinas de História e História e Cultura Afro Brasileira da Escola Municipal José Simões de Carvalho - EMJSC, SME / PMJ. Atuou como professor pelo Programa de Formação de Professores - PARFOR nas disciplinas de Fundamentos e Metodologia do Ensino de História, Educação: Diversidade Cultural e Relações Étnicos Raciais e Educação no/do Campo. Atuou como Professor / Tutor do Curso de Licenciatura em História EaD pela Universidade Aberta do Brasil - UAB / Unidade Acadêmica de Educação à Distância - UNEAD / Universidade do Estado da Bahia - UNEB, Campus XXI, Pólo XXI, Ipiaú. Participa de encontros científicos nas Universidades de Salamanca / Espanha, na National University of Political Studies and Public Administration em Bucareste / Romênia, na Universidad Pedro de Valdívía em Santiago / Chile, na South Florida of Development Congress, Flórida, Estados Unidos da América, na Universidade de Helsinque / Finlândia e na Pontifícia Universidad Javeriana (PUJ) em Bogotá / Colômbia com investigações acerca das histórias, memórias e legados de personalidades, instituições públicas e privadas, de parteiras, de mulheres, de gênero e de famílias oligárquicas. Tem experiência nas áreas de: História, História do Brasil, História e Cultura Afro Brasileira, História da África, História Regional e Local, em Educação no/do Campo e em Racismo Ambiental. É membro do Grupo de Pesquisa, Legados Africanos, Relações Étnico-Raciais Contemporâneas e Legislação Educacional, da Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia – UESB.



perspectivas de continuidade de estudos dos alunos da

EMJAB

- 🌐 www.atenaeditora.com.br
- ✉️ contato@atenaeditora.com.br
- 📷 [@atenaeditora](https://www.instagram.com/atenaeditora)
- FACEBOOK www.facebook.com/atenaeditora.com.br



perspectivas de continuidade de estudos dos alunos da

EMJAB

- 🌐 www.atenaeditora.com.br
- ✉️ contato@atenaeditora.com.br
- 📷 [@atenaeditora](https://www.instagram.com/atenaeditora)
- FACEBOOK www.facebook.com/atenaeditora.com.br